



Relatório & Contas 2017

1. Mensagem da Presidente

O ano 2017 foi marcante na vida da empresa Infralobo. Em estreita articulação com os seus acionistas (Município de Loulé e empresa Vale do Lobo), foi implementado o projecto Smart Management. Este projeto tecnológico inovador, gerido através de uma plataforma de gestão de processos e de ocorrências, cruza os dados relativos às várias áreas de intervenção da empresa, permitindo tempos de respostas às ocorrências muito reduzidos, alterando significativamente a forma como os processos e o próprio negócio eram geridos até aqui.

Este projeto promoveu uma melhoria clara na eficiência e eficácia dos serviços prestados pela empresa e, consequentemente, uma maior satisfação dos clientes.

No que se refere às infraestruturas enterradas, em 2017 foi feito investimento relevante na construção da estação elevatória de Vale do Lobo, a qual se prevê ficar concluída em meados de 2018. Para além disso, iniciou-se uma obra nas Mimosas visando solucionar os problemas associados à existência de condutas antigas, que permitirá dotar aquele local de infraestruturas modernas e funcionais, na expectativa de melhorar a gestão da água da Infralobo.

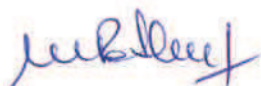
De realçar, ainda, a obra realizada de requalificação da praça de Vale de Lobo que, para além de tornar aquele local mais funcional, face à sua forte utilização no verão, permitiu, em simultâneo, dotar aquele espaço de um sistema de escoamento de águas pluviais, acabando com as inundações regulares que aí aconteciam em época de chuvas.

Em termos financeiros, em 2017 a Infralobo manteve uma posição estável e saudável, o que permite encarar o futuro de forma muito positiva.

A Infralobo é atualmente uma empresa moderna e dinâmica, com um quadro de pessoal muito competente, que trabalha com forte motivação em prol da qualidade do território sob sua gestão.

Enquadrado na estratégia municipal Loulé Adapta, a Infralobo continuará a apostar na inovação tecnológica, na mobilidade e na acessibilidade para que o território que gere seja cada vez mais atrativo para os residentes e visitantes.

A Presidente do Conselho de Administração



Fátima Catarina



Índice

1. Mensagem da Presidente	1
2. Órgãos Sociais	4
3. Atividade da Empresa	5
3.1. Abastecimento de Água (AA).....	5
3.2. Águas Residuais (AR).....	7
3.3. Resíduos urbanos (RU).....	9
3.4. Limpeza Urbana	11
3.5. Gestão de espaços verdes	11
3.6. <i>Smart Room</i>	14
3.6.1. <i>Infralobo Smart Management</i>	14
3.6.2. Sistema de Telemetria	17
3.6.3. Sistema de Edificação Inteligente.....	17
3.6.4. Sistema de Monitorização de Frota.....	17
3.7. Sistema de Gestão da Qualidade.....	18
4. Gestão de Pessoas	19
5. Gestão Financeira	19
5.1. Análise de Resultados.....	21
5.1.1. Comparação com o Orçamento.....	21
5.1.2. Demonstração dos Resultados de 2017 vs 2016	22
5.1.2.1. Ganhos.....	22
5.1.2.2. Gastos	23
5.1.2.3. Quadro Comparativo	24
5.1.2.4. Situação Económica e Financeira	24

6. Resultados	25
7. Investimento e Obras	26
8. Proposta de Aplicação de resultados	27
9. Observações Finais	27
10. Balanço	29
11. Demonstração de Resultados por Naturezas	30
12. Demonstração de Resultados por Funções	31
13. Demonstração de Fluxos de Caixa	32
14. Mapa de Variação dos Capitais Próprios	34
15. Anexo ao balanço e demonstração dos resultados 2017	36
16. Relatório e parecer do Fiscal único e Certificação Legal de Contas	53
17. Aprovação da Assembleia Geral	54





2. Órgãos Sociais

A composição dos membros dos órgãos sociais para o quadriénio 2017/2021 é a seguinte:

Conselho de Administração

Maria de Fátima Catarina Coelho

Presidente

Luís Fernando Dias de Matos

Vogal

Joana Isabel Dias Correia

Vogal

Fiscal único

Isabel Paiva, Miguel Galvão e Associados, SROC, Lda.

Representada por:

Dr. João Miguel Pinto Galvão

Efetivo

Dr. José Luís Guerreiro Nunes

Suplente

3. Atividade da Empresa

3.1. Abastecimento de Água (AA)

No topo das preocupações da InfraLobo, enquanto gestora do abastecimento de água e saneamento, está a preocupação de proteger este bem escasso e essencial à vida, a par de assegurar o fornecimento de água, em quantidade e qualidade, aos clientes. São, assim, objetivos estratégicos da política de gestão, reduzir a vulnerabilidade do sistema de uma forma que seja sustentável do ponto de vista técnico, económico, ambiental e social.

Para o bom funcionamento dos dois pontos de entrega, os serviços da Infralobo efetuam a gestão integrada, a manutenção e operação ao nível de toda a rede de abastecimento, bem como a verificação da higiene e conservação das infraestruturas, designadamente o reservatório de água, assim como o controlo e monitorização da estação de reclusagem.

Sistema do Abastecimento (AA) / Abastecimento Águas do Algarve (AdA)

Comprimento da rede	45 km
Número de ramais	1733
N.º de reservatórios	2
Capacidade de reserva	1,2 horas
N.º de ponto de entrega da água da AdA	1
Índice de conhecimento infraestrutural	72%

Tabela 1 : Sistema de Abastecimento de Água – Águas do Algarve

Sistema do Abastecimento (AA) / Conduta do Litoral

Comprimento da rede	17.1 km
Número de ramais	697
Estação de reclusagem	1
N.º de ponto de entrega da água da CML	1

Tabela 2 : Sistema de Abastecimento de Água – Conduta do Litoral

*Principais ações realizadas em AA durante 2017***Pedidos de intervenção**

Cortes	67
Religações	76
Roturas	20

Tabela 3 : Principais acções do sector de Abastecimento de Água em 2017

Em 2016 a Infralobo lançou um concurso público para uma solução de telemetria, a qual proporciona leituras remotas dos seus contadores de água com vista a melhorar a sua produtividade e eficiência, bem como prestar serviços extra aos clientes na sua área de intervenção.

A instalação deste sistema iniciou-se nesse mesmo ano e possibilita, para além de leituras regulares e em tempo real, o acesso pelos clientes a diversas informações que sustentem as melhores opções de consumo e a gestão conscienciosa de um bem essencial como a água.

Face a esta opção, a partir de 2016 a Infralobo iniciou a substituição de todo o seu parque de contadores, para adaptar a rede à nova tecnologia, tendo a operação de modernização de contadores e substituições de equipamentos ficado concluída em 2017.

Relativamente à qualidade da água de abastecimento, cujos parâmetros de qualidade são o bem mais precioso desta empresa, o seu controlo foi assegurado através de análises efetuadas em laboratório, em estrito cumprimento da legislação em vigor e respeitando todos os parâmetros exigidos. Foi ainda efetuado o controlo operacional das infraestruturas de armazenamento de água.

**Controlo da qualidade AA**

Número de colheitas na torneira	36
Dias de colheitas	26
Análises totais realizadas	548
Parâmetros PCQA	423
Parâmetros de controlo operacional	125
Cumprimento do número de análises agendadas no PCQA	100%

Tabela 4 : Controlo da Qualidade do Abastecimento de Água

A qualidade da água fornecida aos consumidores, através da rede pública de abastecimento sob gestão da Infralobo E.M., cumpriu os valores paramétricos fixados, de acordo com a legislação aplicável.

Refira-se, no entanto, que em 2017 se registou uma situação de um incumprimento num ponto de amostragem, perante a qual foram desencadeados todos os procedimentos de correção e verificação definidos pelo Decreto-lei n.º 306/2007, tendo as autoridades de saúde e as restantes instituições competentes sido notificadas da ocorrência.

Foi de imediato realizada uma investigação sobre as anomalias detetadas, tendo-se concluído que as mesmas decorriam de um problema na rede predial e não na rede pública onde se localiza o ponto de amostragem, já que as análises realizadas no referido ponto de amostragem da rede pública estavam dentro dos parâmetros e os valores de referência estavam a ser cumpridos e não refletiam quaisquer incumprimentos.

3.2. Águas Residuais (AR)

A Infralobo faz a gestão dos sistemas de drenagem de águas residuais urbanas (AR) que incide na recolha de vários efluentes, a partir dos pontos de consumo de água de abastecimento. Estes efluentes são encaminhados por elevação ou graviticamente para entrega nas infraestruturas das Águas do Algarve (Ada) e posterior encaminhamento à ETAR de Vale do Lobo ou da Quinta do Lago.

Perfil do sistema de drenagem de AR

Comprimento da rede	54.2 Km
Números de ramais	2205
N.º de estações elevatórias	4
Vistorias /Pedidos de parecer de ligação à rede de esgotos	32
Índice de conhecimento infraestrutural	51%

Tabela 5 : Perfil do sistema de drenagem de Águas Residuais**Principais ações efetuadas relativamente a AR**

Pedidos de intervenção (internos e externos) domésticos	132
Pedidos de intervenção (internos/externos) pluviais	32
Vistorias /Pedidos de parecer de ligação à rede de esgotos	32

Tabela 6 : Principais ações efetuadas relativamente a Águas Residuais

Com objetivo de reduzir o impacto ambiental desta infraestrutura da Praça de Vale do Lobo, a Infralobo tem em curso a empreitada da nova Estação Elevatória em Vale do Lobo (EE2). O novo equipamento permitirá deslocalizar a atual estação elevatória de águas residuais, daí resultando significativas vantagens na preservação do ambiente e qualidade de serviço aos utentes.

Esta nova estação servirá para bombagem de águas residuais domésticas e consequente encaminhamento das mesmas para a ETAR de Vale do Lobo.



3.3. Resíduos urbanos (RU)

Em 2017 a Infralobo foi responsável pela gestão de resíduos urbanos na sua área de intervenção, tendo como principais responsabilidades:

- Recolha de resíduos indiferenciados em contentores da via pública, em instalações de comércio e serviços e provenientes de recolha porta-a-porta e transporte a destino adequado;
- Recolha porta-a-porta de resíduos verdes e depositados indevidamente na via pública, acondicionamento temporário em ecocentro e posterior transporte para destino adequado;
- Recolha de resíduos volumosos porta-a-porta e depositados indevidamente na via pública, acondicionamento temporário em ecocentro e posterior transporte para destino adequado;
- Recolha diferenciada de contentores de pequena capacidade (240 L) instalados na via pública, acondicionamento temporário em ecocentro e posterior transporte para destino adequado;
- Recolha de resíduos diferenciados depositados indevidamente na via pública e acondicionamento temporário em ecocentro;
- Transporte de resíduos de construção e demolição resultantes de obras internas;
- Manutenção de equipamentos de recolha indiferenciada e selectiva;
- Lavagem de equipamentos de recolha indiferenciada e selectiva;
- Gestão de reclamações/ocorrências e solicitações por parte do cliente.

A recolha de resíduos seletivos em contentores de grande capacidade é da responsabilidade da empresa Algar S.A..

A tabela abaixo mostra a evolução do sistema de recolha de resíduos urbanos, entre 2016 e 2017.

RL

Sistema de recolha de resíduos urbanos		Tipologia	Ano		Variação homóloga (%)	
			2016	2017		
Resíduos urbanos indiferenciados	Número de pontos de recolha	Superfície	26	21	↓	-19,23%
		Subterrâneos	30	35	↑	16,67%
		Total	56	56	⇒	0,00%
	Número de contentores instalados	Superfície	62	42	↓	-32,26%
		Subterrâneos	85	110	↑	29,41%
		Total	147	152	↑	3,40%
	Capacidade volumétrica instalada (m³)	Superfície	60,380	37,880	↓	-37,26%
		Subterrâneos	92,400	118,500	↑	28,25%
		Total	152,780	156,380	↑	2,36%
	Volume anual de resíduos (t)	-	1688,880	1696,900	↑	0,47%
Resíduos recicláveis	Número de contentores por fileira (recolha interna)	Papel/cartão	10	10	⇒	0,00%
		Plástico/metálico	10	10	⇒	0,00%
		Vidro	10	10	⇒	0,00%
	Número de contentores por fileira (recolha Algar S.A.)	Papel/cartão	43	44	↑	2,33%
		Plástico/metálico	40	41	↑	2,50%
		Vidro	43	44	↑	2,33%
	Volume anual de resíduos (recolha interna) (t)	Papel/cartão	20,960	19,780	↓	-5,63%
		Plástico/metálico	4,660	8,540	↑	83,26%
		Vidro	17,060	15,820	↓	-7,27%
Outros resíduos	Quantidade de resíduos verdes entregues (t)	-	913,420	1059,420	↑	15,98%
	Quantidade de monstros entregues (t)	-	223,960	180,520	↓	-19,40%
	Quantidade de RCD entregues (t)	-	322,74	165,16	↓	-48,83%

Tabela 7: Evolução do sistema de recolha de resíduos urbanos, entre 2016 e 2017.

Com o objectivo de criar melhores condições de acessibilidade na deposição de resíduos, bem como da satisfação do cliente e melhoramento do espaço público, a remodelação da tipologia dos contentores instalados na via pública continuou a ser prioridade em 2017, optando-se pela substituição de contentores de superfície, por modelos de contentorização subterrânea.



Figura 1: Substituição do sistema de contentorização de superfície por subterrânea.

Em 2017 o número de pontos para deposição de resíduos indiferenciados instalados não aumentou, quando comparado com o ano anterior, contudo a capacidade de deposição de resíduos sofreu um incremento de 3,4%.

No final de 2017, apenas 18 dos 128 contentores para deposição indiferenciada instalados na via pública eram de superfície, representando 14% do total de contentores em espaço público.

A alteração de tipologia de contentores para deposição de resíduos selectivos acompanhou esta tendência.

3.4. Limpeza Urbana

Em 2017 a limpeza urbana continuou a ser uma prioridade, mantendo o espaço urbano em condições ótimas de salubridade.

Nesta área as principais atividades foram a varredura mecânica com recurso a soprador e varredura manual de toda a área de intervenção, bem como a gestão de reclamações e ocorrências.

3.5. Gestão de espaços verdes

Foi da responsabilidade da Infralobo a gestão de cerca de 20ha de espaços verdes públicos, garantindo a sua qualidade a níveis de exigência compatíveis com a sua área de intervenção.

Em 2017 as atividades realizadas com maior relevância foram:

- Manutenção geral dos espaços verdes públicos;
- Corte e manutenção de espaços relvados;
- Manutenção sazonal, a qual implicou:
- Tratamento preventivo contra a processionária do pinheiro, com pulverização de uma solução contendo a espécie *bacillus thuringiensis*;
- Desmatação de corredores técnicos e espaços verdes de pinhal denso;
- Poda de espécies arbustivas;
- Deservagem de passeios e calçadas;
- Adubações de canteiros e zonas relvadas.
- Planeamento e execução de obras de requalificação de espaços verdes;
- Manutenção da rede de rega, incluindo reparação de roturas;
- Criação de rede separativa para rega com água não tratada;
- Manutenção de lagos;
- Gestão/resolução de ocorrências;
- Acompanhamento da subcontratação de serviços de limpeza de pinheiros e palmeiras, com limpeza e remoção dos sobranes para o ecocentro;
- Acompanhamento da subcontratação de serviços de controlo de pragas de roedores e baratas.

Na requalificação de espaços verdes a escolha de plantas assentou na sua robustez, floração, resistência a pragas e consumo de água reduzido. Na generalidade optou-se por acabamentos em casca de pinheiro e seixo rolado (figura da página seguinte).



Figura 2: Requalificação de EV pelas equipas de manutenção.

No final de 2017 a área de espaços verdes regada com água não tratada representava 13,5% do total de espaços verdes mantidos, contabilizando cerca de 2,7ha.



- Armários de rega abastecidos com água não tratada
- Armários Rega

- EV regados com água não tratada
Espaços Verdes

3.6. Smart Room

A *Smart Room* é um setor funcional da Infralobo que gere um conjunto de soluções tecnológicas de apoio à gestão da empresa, no âmbito das suas atividades.

A *Smart Room* integra as seguintes aplicações: *Infralobo Smart Management* (composta pelas soluções Gestão de Ocorrências e Higiene Urbana), Sistema de Telemetria, Sistema de Edificação Inteligente e Cartrack.

Integradas no Projeto *Smart Resort by Infralobo*, as soluções que a seguir se apresentam constituem o foco de trabalho na Sala *Smart Room*, preparada com seis ecrãs de grande dimensão que incorporam toda a informação referente a cada solução e que conta com pessoal especializado que monitoriza e gere, em tempo real, todos os processos. Estas foram implementadas em março de 2017.



Figura 4: Disposição dos ecrãs de monitorização

3.6.1. Infralobo Smart Management

A *Infralobo Smart Management* é uma plataforma *online* que incorpora as soluções de Gestão de Ocorrências e de Higiene Urbana, para além de várias ferramentas de suporte, como é o caso do Cadastro de todos os elementos da área de intervenção.

A solução **Gestão de Ocorrências** é uma plataforma *online* que permite o reporte de eventos por qualquer utilizador que se encontre na área de intervenção da Infralobo e se registre via

web através do endereço <https://infralobo.city-platform.com>. O tratamento das ocorrências é realizado em conformidade com o seu tipo e encaminhado para o Departamento responsável. Após execução, a mesma é concluída ou encerrada centralmente, sendo o cliente informado do estado final.

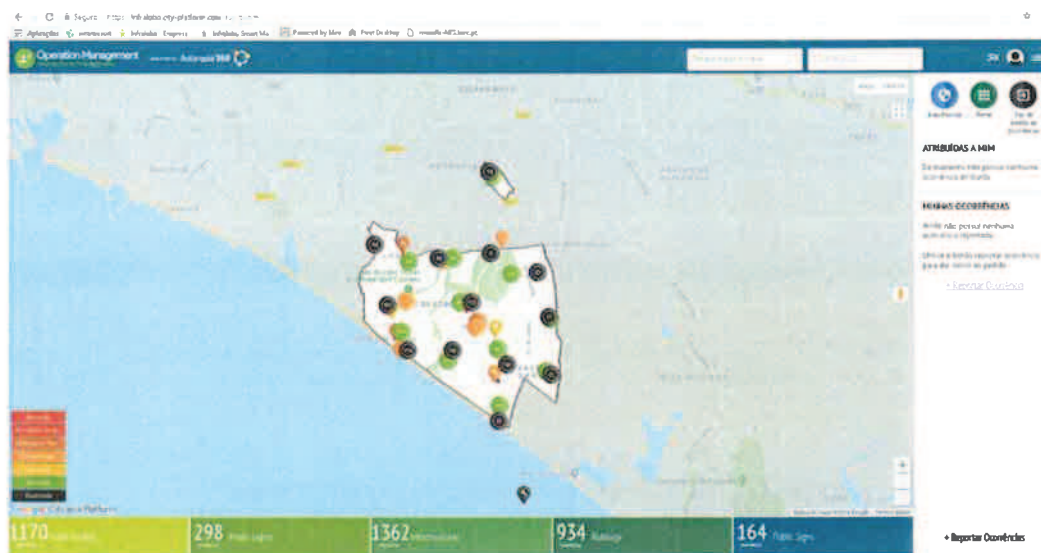


Figura 5: Plataforma de gestão de ocorrências

De salientar que em 2017 foram registradas 3410 ocorrências, cujo tempo médio de tratamento foi:

Ocorrências da responsabilidade da Infralobo - 2017				
TIPO	Ocorrências	Média dias decimal	% Ocorrências	% Minutos
Tempo total de execução - geral	2611	3,553	100,0%	100,00%
Tempo médio de execução - Infraestruturas	978	3,102	37,5%	32,71%
Tempo médio de execução - Salubridade	727	3,793	27,8%	29,73%
Tempo médio de execução - Espaços Verdes	683	4,198	26,2%	30,91%
Tempo médio de execução - Iluminação Pública	121	1,654	4,6%	2,16%
Tempo médio de execução - Sinalização	102	4,089	3,9%	4,50%

Tabela 8: Ocorrências da responsabilidade da Infralobo.

Ocorrências de responsabilidade exterior à Infralobo - 2017

TIPO	Ocorrências	Média dias decimal	% Ocorrências	% Minutos
Tempo total de execução - geral	799	2,957	100,0%	100,00%
Tempo médio de execução - Infraestruturas	188	2,941	23,5%	23,40%
Tempo médio de execução - Salubridade	109	2,823	13,6%	13,02%
Tempo médio de execução - Espaços Verdes	363	3,267	45,4%	50,19%
Tempo médio de execução - Iluminação Pública	110	1,687	13,8%	7,85%
Tempo médio de execução - Sinalização	29	4,506	3,6%	5,53%

Tabela 9: Ocorrências de responsabilidade exterior à Infralobo.

A aplicação **Higiene Urbana** consiste numa ferramenta de planeamento destinada à gestão de operações relacionadas com a limpeza e higiene urbana. A mesma é utilizada apenas internamente e pelas áreas de Ambiente e Infraestruturas numa lógica de planeamento de atividades nas equipas alocadas à limpeza e higiene urbana, por forma a responder eficientemente à necessidade de periodicidade das tarefas. A mesma é utilizada via *web* através do endereço <https://infralobo.city-platform.com/app/hu/>, com *login* interno.

A monitorização das atividades é realizada diariamente por forma a verificar a conformidade do planeamento vs execução e contribuir para a melhoria dos planeamentos de trabalho das diferentes equipas, em conjunto com os respectivos Diretores.

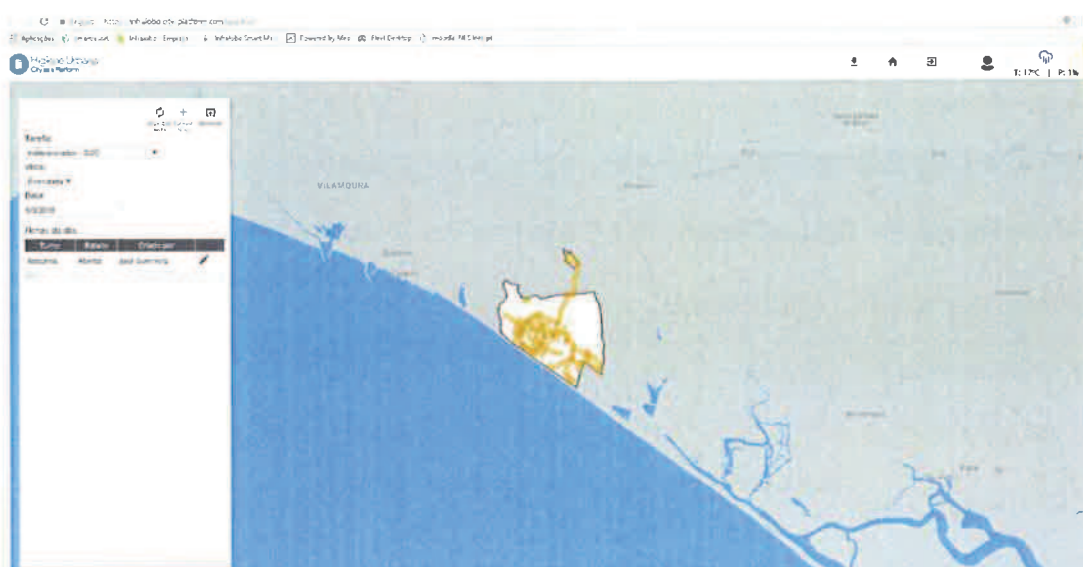


Figura 6: Plataforma "Higiene Urbana"

3.6.2. Sistema de Telemetria

A plataforma de Telemetria tem como objetivo uma gestão eficiente da água. O projeto encontra-se em fase de implementação, estando a ferramenta a ser preparada para lançar leituras dos consumos de água automáticas, detetar fugas de água ou outras anomalias nos contadores e respetiva localização, em tempo real.

Para tal, em 2017 foi desenvolvido um trabalho de instalação de dispositivos de telemetria em todo o parque de contadores da área de intervenção da Infralobo, num total de 2347 contadores.

Água faturada	
Total de contadores	2347
Doméstico	2214
Rega	42
Comercial	74
Hotelaria	6
Obras	11

Tabela 10: Total de contadores de água faturada

3.6.3. Sistema de Edificação Inteligente

O Sistema de Edificação Inteligente está em desenvolvimento e pretende aumentar a eficiência ao nível de todo o funcionamento do edifício-sede da Infralobo, nomeadamente ao nível de: climatização e iluminação interna, utilizando tecnologias de deteção de movimento no interior do edifício, entre outros.

3.6.4. Sistema de Monitorização de Frota

Este sistema, implementado em 2017, permite a monitorização das 45 viaturas da empresa.

A gestão da frota permitiu reduzir os gastos operacionais, através da gestão em tempo real de todos os veículos da empresa e de todos os processos associados à sua manutenção e abastecimento.



No decorrer do ano de 2017, e de acordo com a indicação da entidade certificadora, SGS, a Infralobo aproveitou aquele que era o terceiro ano do seu primeiro ciclo de certificação pela norma ISO 9001 para efetuar a transição para a nova versão do mesmo referencial (ISO 9001:2015). Este trabalho implicou a total revisão dos processos identificados dentro da organização e veio ainda concretizar a adaptação do sistema às novas ferramentas tecnológicas que têm vindo a ser implementadas dentro da organização. O processo culminou já em janeiro de 2018, com a realização da auditoria da entidade certificadora, não tendo sido apontada nenhuma não conformidade pela equipa auditoria. Comprova-se assim o grande sucesso desta profunda revisão do Sistema de Gestão da Qualidade da Infralobo.

4. Gestão de Pessoas

A estrutura de Gestão de Pessoas da Infralobo mantém-se estável: em 31 de Dezembro de 2017 contava com 76 colaboradores, conforme descrito no seguinte mapa. Relativamente a 2016, houve a manutenção do número de colaboradores.

	Homens	Mulheres	Total
Ens. Superior	7	6	13
Ens. Secundário	12	10	22
3º ciclo	12	0	12
2º ciclo	5	0	5
1º ciclo	18	0	18
s/ 1º ciclo	5	1	6
Total	59	17	76

Tabela 11: Escolaridade e género dos colaboradores

A estrutura da empresa é constituída por cerca de 22% de colaboradores do sexo feminino e 78% de colaboradores do sexo masculino.

Relativamente à escolaridade e formação, a INFRALOBO continua a dotar os seus colaboradores de novas valências, através do incremento da realização de diversas acções de formação especializadas, como forma de melhorar o serviço prestado aos seus Clientes.

5. Gestão Financeira

A gestão de infraestruturas da área de intervenção da Infralobo é uma das competências de maior responsabilidade da empresa, não só devido ao envelhecimento natural das redes de abastecimento de água e saneamento, e das redes viárias, bem como, das alterações ao nível da evolução das políticas de Ambiente, assumindo por estes motivos uma maior relevância ao nível do Investimento realizado pela empresa durante os exercícios anteriores, bem como neste exercício de 2017.

	2008-2014	2015	2016	2017	TOTAL
INVESTIMENTO	6 460 000,00 €	593 000,00 €	1 054 000,00 €	743 356,17 €	8 850 356,17 €

Tabela 12: Investimento em infraestruturas

Os Investimentos mencionados estão distribuídos da seguinte forma, por setores e atividades:

SETORES & ATIVIDADES	VALOR	%	
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	16 995,06 €	2,29%	100,00%
AGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS	36 275,40 €	4,88%	
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	2 839,00 €	0,38%	
OUTRAS ATIVIDADES E SETORES	687 246,71 €	92,45%	
DIVERSOS	20 111,03 €	2,71%	92,45%
ESPAÇOS VERDES E JARDINS	48 560,38 €	6,53%	
TRABALHOS A CLIENTES	19 290,82 €	2,60%	
ARRUAMENTOS, PASSEIOS E LOGRADOUROS	473 454,50 €	63,69%	
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	30 866,00 €	4,15%	
INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS	94 963,98 €	12,78%	

Tabela 13: Investimento por sectores e actividades

Como se pode aferir, o setor regulado apenas absorveu cerca de 7 % do Investimento total, sendo os restantes 93% realizados no setor não regulado com forte incidência nas redes viárias, com 64 % do Investimento total.

No exercício económico de 2017, o nível de Investimentos realizados ficou abaixo do realizado em 2016, o que será uma tendência no futuro, principalmente devido às infraestruturas já apresentarem um bom estado de conservação fruto dos investimentos realizados no passado e não se prever alargamentos futuros, conforme exposto no Estudo de Viabilidade Económico Financeira que suporta o Contrato de Gestão Delegada.

DISTRIBUIÇÃO POR SETOR E ATIVIDADE

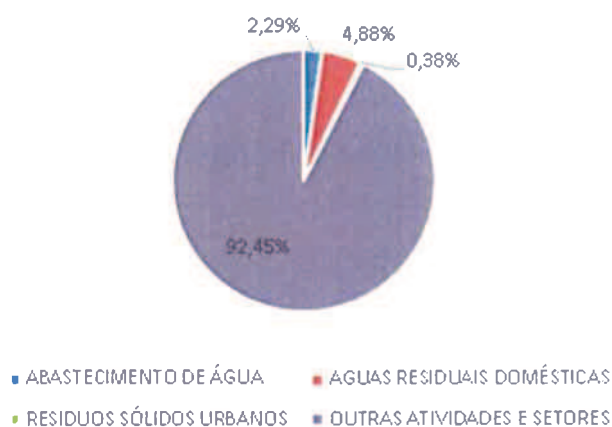


Gráfico 1: Distribuição do investimento por sector de atividade



No ano de 2017 a opção de investimentos incidiu designadamente na continuidade de obras de reabilitação de redes contíguas às obras dos anos anteriores, principalmente na zona das Mimosas, na Pavimentação da Rede Viária e Via Partilhada (ciclovia) na zona do Vale do Garrão e na Avenida Mendes Cabeçadas.

5.1. Análise de Resultados

5.1.1. Comparação com o Orçamento

Quando é efectuada a comparação com o orçamento, verifica-se que a execução orçamental ao nível dos gastos rondou os 111% (a rondar os 4.835 Mil Euros).

Relativamente aos ganhos verificou-se uma variação positiva de 12% (cerca de 539 Mil Euros, para um total de 4.932 Mil Euros) em relação ao Orçamento de 2017, o que permitiu manter o equilíbrio operacional. A performance da empresa foi acompanhada regularmente, passando a descrever as variações nas especialidades:

- Os ganhos Operacionais reais ficaram acima do esperado na generalidade (atingiram cerca de 4.932 Mil Euros);
 - As vendas de Água apresentaram um grau de execução orçamental de 129% (+411 Mil euros);
 - O grau de execução orçamental das Prestações de Serviços foi de 96% (-113 Mil Euros);
 - O grau de execução do Contrato Programa, rubrica incluída nas Prestações de Serviços, foi de 100%.

A nível dos gastos, também se verificou um aumento comparativamente com o estimado, com um total a rondar os 4.835 Mil Euros, o que significa que a empresa na globalidade ultrapassou as respetivas metas, só sendo possível devido ao aumento dos ganhos na mesma linha. Contudo, apesar do equilíbrio global ter sido cumprido, a sua composição e variação deverá ser analisada:

- A rubrica Subcontratos ficou aquém do estimado em 18% (-146 Mil Euros),
- O valor gasto na aquisição de Água em Alta, foi superior ao previsto em 35% (+182 Mil Euros);
- O valor relativo a Serviços Especializados ascendeu 54% ao previsto (+330 Mil Euros);
- O ponto anterior deve-se principalmente aos encargos com Saneamento que foram superiores em 42% (+125 Mil Euros), aos gastos com manutenção & reparação de equipamento em 85% (104 Mil Euros);



- O impacto causado pelas variações anteriores, foram amortizados pela redução na rubrica de Subcontratos, gerando um impacto nos FSE de apenas 10% (+185 Mil Euros);
- Os gastos com Pessoal tiveram uma execução orçamental de 100% (-260 euros);
- As amortizações foram superiores em 76% (+146 Mil Euros), devido à continuidade da política de reforço do Investimento de Capital. No futuro, devido à reclassificação contabilística das Obras, o seu peso e variação deverá aumentar.

	Período		Execução	
	2017	Orçamento	Valor	%
Vendas	1 842 058 €	1 430 781 €	411 278 €	129%
Prestação de Serviços	2 737 436 €	2 851 238 €	-113 803 €	96%
Subsídios à Exploração	93 480 €	90 000 €	3 480 €	104%
Trabalhos para a própria empresa	105 738 €	0 €	105 738 €	*
Imparidade de dívidas a receber (Perdas/Reversões)	28 220 €	0 €	28 220 €	*
Outros Rendimentos e Ganhos	125 270 €	2 700 €	122 570 €	4640%
Proveitos Operacionais	4 932 202 €	4 374 719 €	557 483 €	113%
CMVMC	771 509 €	659 739 €	111 769 €	117%
Fornecimentos e Serviços Externos	2 119 247 €	1 934 099 €	185 148 €	110%
Custos com Pessoal	1 567 440 €	1 567 699 €	-260 €	100%
Amortizações do Imob. Corp. e Imparidades	337 342 €	191 301 €	146 040 €	176%
Outros Gastos e Perdas	36 638 €	5 500 €	31 138 €	666%
Custos Operacionais	4 832 175 €	4 358 339 €	473 836 €	111%
Resultado Operacional	100 027 €	16 380 €	83 647 €	611%
Resultado Financeiro	-3 391 €	10 600 €	-13 991 €	-32%
Resultado antes de Impostos sobre Lucros	96 636 €	26 980 €	69 656 €	358%
<i>Imposto sobre Rendimento do Exercício</i>	<i>61 199 €</i>	<i>5 864 €</i>	<i>55 335 €</i>	<i>1044%</i>
Resultado Líquido do Exercício	35 437 €	21 116 €	14 321 €	168%

Tabela 14: Comparação com o orçamento e grau de execução

5.1.2. Demonstração dos Resultados de 2017 vs 2016

5.1.2.1. Ganhos

O Volume de Negócios (Vendas + Prestação de Serviços) no exercício em análise teve um acréscimo global de 3,28% (+173 Mil Euros) em relação ao exercício anterior, mas apenas 1% (+59 Mil Euros) nos ganhos Operacionais.

Quando é feita a análise desta variação positiva conclui-se que o mesmo é devido aos seguintes fatores:

- O ano de 2016 tinha sido um ano muito negativo em termos de Volume de Negócios, relativamente a 2015 (-412 Mil Euros);
- Em 2016, aplicaram-se as novas tarifas para a área de intervenção da INFRALOBO a partir de Abril/2016. O impacto integral apenas se sentiu nas Demonstrações Financeiras de 2017;
- Houve, em 2017, um aumento nos consumos;
- A variação não é superior, devido à reversão das Imparidades em 2016, no valor de 200 Mil Euros.

5.1.2.2. Gastos

Os gastos operacionais totais atingiram os 4.832 Mil Euros, tendo havido um aumento de 3% (+136 Mil Euros) em relação ao exercício anterior.

Os “Fornecimentos e Serviços externos” tiveram uma redução de 1 % (-28 Mil Euros), devido essencialmente à reclassificação contabilística de seis investimentos no valor de 830 Mil Euros (Praça VDL 1ª e 2ª Fase, Remodelação de I.E. dos Quadrinhos, Remodelação de I.E. das Mimosas 2ª Fase, Estação Elevatória, Deck Pluvial e Remodelação de I.E. da Praça de VDL). Excluindo estas reclassificações o resultado do exercício seria de 795 Mil Euros negativos.

Os encargos globais com pessoal (representam cerca de 32% do total dos gastos) continuam a ser uma componente importante dos gastos, estando, neste momento sem variações relevantes.

Esta situação tenderá a manter-se, pelo facto da Infralobo ser uma empresa de prestação de serviços, que faz da utilização de mão – de obra intensiva (Colaboradores para limpeza, recolha de resíduos e manutenção de jardins) a base do seu trabalho.

As amortizações do exercício subiram 73 Mil Euros (+28%), devido ao reforço no Investimento de Capital associado à Modernização da Infralobo, incorporada na Candidatura ao PORTUGAL 2020. No futuro o peso relativo das amortizações deverá aumentar devido à reclassificação contabilística das Obras como Ativo Fixo Tangível, devido ao Contrato de Gestão Delegada.

Esses gastos, conforme se poderá ver na análise aos ganhos, são contrabalançados com o reconhecimento parcial durante o período de vida útil dos Ativos, pelo facto de se tratar de Comparticipação a Fundo Perdido no valor de 416 Mil Euros (80% do Investimento) e cujo impacto em 2016 rondou os 128 Mil Euros e em 2017 rondou os 85 Mil Euros.

5.1.2.3. Quadro Comparativo

	Período		Variação	
	2017	2016	Valor	%
Vendas	1 842 058 €	1 668 768 €	173 291 €	10%
Prestação de Serviços	2 737 436 €	2 742 414 €	-4 978 €	0%
Subsídios à Exploração	93 480 €	91 491 €	1 989 €	2%
Trabalhos para a própria empresa	105 738 €	0 €	105 738 €	-
Imparidade de dívidas a receber (Perdas/Reversões)	28 220 €	200 183 €	-171 963 €	-86%
Outros Rendimentos e Ganhos	125 270 €	169 525 €	-44 255 €	-26%
Proveitos Operacionais	4 932 202 €	4 872 381 €	59 821 €	1%
CMVMC	771 509 €	723 632 €	47 877 €	7%
Fornecimentos e Serviços Externos	2 119 247 €	2 147 471 €	-28 224 €	-1%
Custos com Pessoal	1 567 440 €	1 550 510 €	16 930 €	1%
Amortizações do Imob. Corp. e Imparidades	337 342 €	264 093 €	73 249 €	28%
Outros Gastos e Perdas	36 638 €	10 302 €	26 337 €	256%
Custos Operacionais	4 832 175 €	4 696 007 €	136 168 €	3%
Resultado Operacional	100 027 €	176 374 €	-76 347 €	-43%
Resultado Financeiro	-3 391 €	-5 405 €	2 014 €	-37%
Resultado antes de Impostos sobre Lucros	96 636 €	170 969 €	-74 332 €	-43%
<i>Imposto sobre Rendimento do Exercício</i>	61 199 €	14 487 €	46 712 €	-
Resultado Líquido do Exercício	35 437 €	156 481 €	-121 044 €	-77%

Tabela 15: Quadro comparativo

5.1.2.4. Situação Económica e Financeira

Em 2017 a Infralobo mantém uma posição económica e financeira estável.

O rácio de Liquidez Geral deteriorou-se para 0,76 em 2017, pela 1ª vez abaixo de 1, devido ao pagamento durante 2017 dos elevados investimentos realizados sem recurso a crédito apenas a meios libertos pela atividade. Com a melhoria nos pagamentos das empresas do Grupo Vale do Lobo no início de 2018 e a normalização nos Investimentos a realizar, prevê-se uma melhoria neste indicador em 2018.

O rácio de Autonomia Financeira mantém-se solidamente em 38% em 2017, como em 2016, devido à continuação na apresentação de Resultados Líquidos positivos.

O rácio EBITDA, que mede o cash-flow bruto, apresenta uma estabilização a rondar os 480 Mil Euros. Em 2018, prevê-se a melhoria deste indicador.

O Prazo Médio de Pagamentos subiu ligeiramente para os 56 dias, estando dentro dos parâmetros definidos como aceitáveis para a Administração Pública e sendo afetado pelo reforço no Investimento no mês de dezembro de 2017 e na existência da dívida à RESOPRE a rondar os 200 Mil Euros e que se encontra a aguardar o término do projeto da Telemetria para se realizar o pagamento.

O Prazo Médio de Recebimentos melhorou ligeiramente para os 12 dias.

RÁCIOS	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Autonomia Financeira						
<i>Capitais Próprios/Activo Líquido</i>	38%	38%	34%	30%	21%	40%
Liquidez Geral						
<i>(Disponibilidades+Dividas de Terceiros)/Dividas a Terceiros CP</i>	0,76	1,03	1,28	1,32	1,08	1,57
Prazo Médio de Recebimentos (em dias)						
<i>(Clientes C/C)/ Vendas+Prestações de Serviços</i>	12	13	15	25	22	18
Prazo Médio de Pagamentos (em dias)						
<i>(Fornecedores C/C)/(Compras+FST)</i>	56	55	23	19	41	31
Cobertura de Imobilizado						
<i>Capitais Permanentes/Imobilizado Líquido</i>	0,85	1,17	2,86	2,25	2,11	2,83
EBITDA						
<i>Resultados Operacionais+Provisões+Amortizações</i>	482 201 €	451 531 €	651 683 €	220 825 €	130 281 €	679 881 €

Tabela 16: Rácios de liquidez geral

6. Resultados

Os resultados no exercício foram positivos, tal como está apresentado na Demonstração de Resultados.

Considerando que a empresa não tem como objetivo obter qualquer remuneração para os capitais investidos, o valor alcançado em 2017, representa a continuação em alcançar a estabilidade a longo prazo.

7. Investimento e Obras

CAPEX

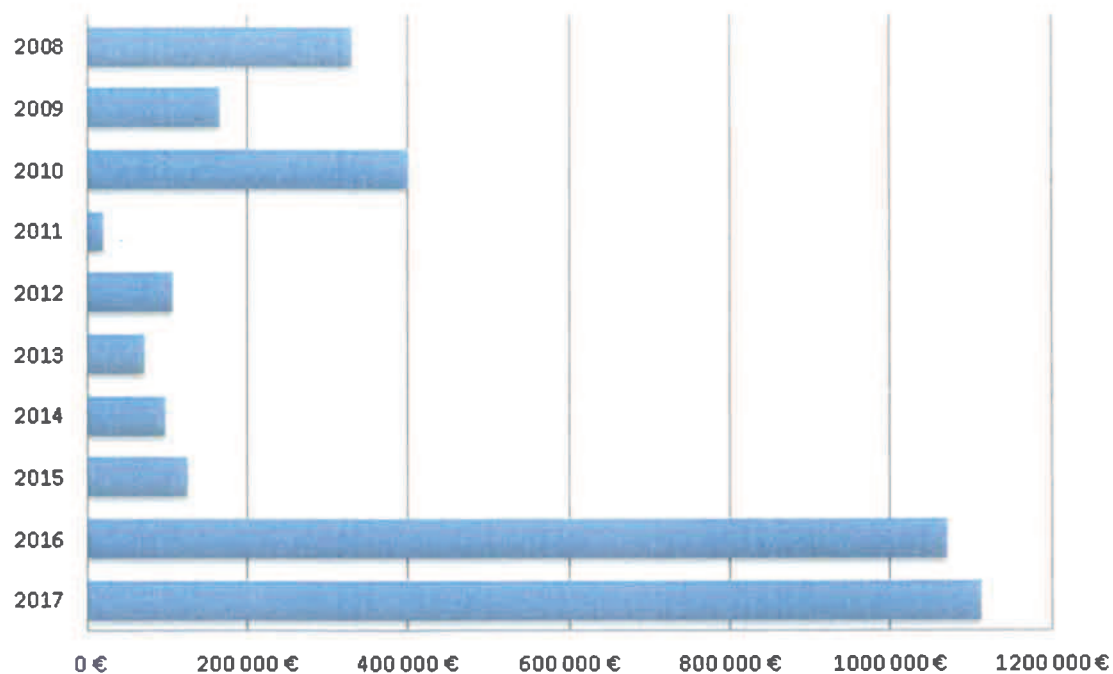


Gráfico 2: Comparativo do CAPEX

Os investimentos em CAPEX realizados no exercício ascenderam novamente a mais de 1 Milhão Euros. O CAPEX orçamentado foi de 415 Mil Euros, tendo sido realizado 1.112 Mil Euros. A maior contribuição para o CAPEX foram as reclassificações das empreitadas anteriormente mencionadas no valor de 830 Mil Euros.

A INFRALOBO desde 2008 já reinvestiu nas Infraestruturas da sua área de intervenção mais de 9 Milhões de Euros.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO (OBRAS)

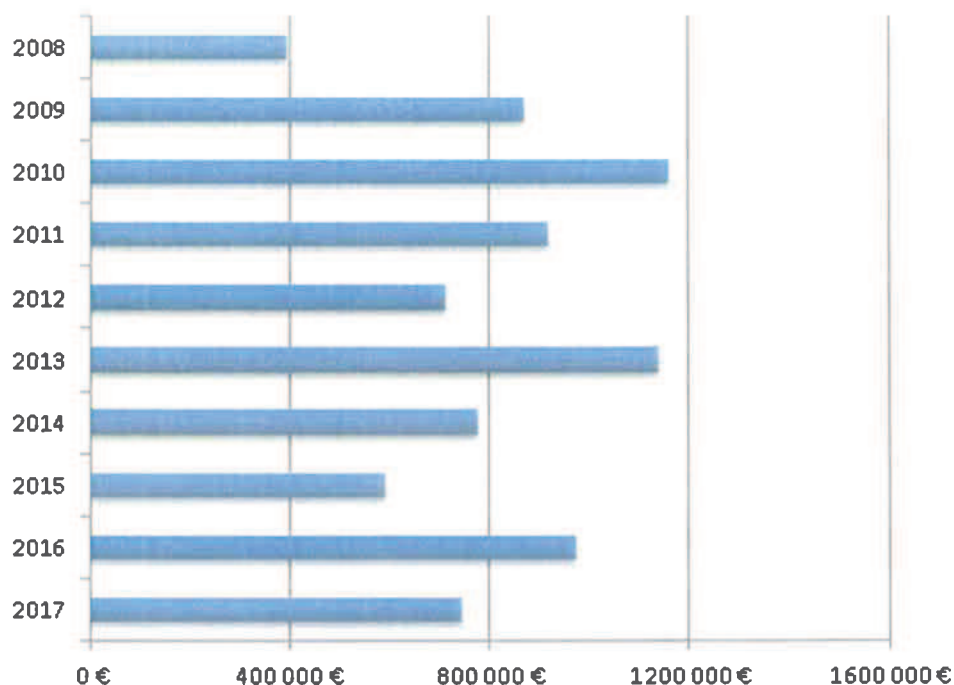


Gráfico 3: Evolução do Investimento (Obras)

8. Proposta de Aplicação de resultados

Os resultados positivos atingidos no exercício foram de 35.437 €. Propõe-se a seguinte aplicação:

Para Reservas Legais - 0 €

Para Reservas Livres - Investimento: 35.437 €

9. Observações Finais

Em termos prospetivos, pode-se referir que o Plano e Orçamento para 2018, foi preparado tendo em conta a continuidade das operações da empresa.

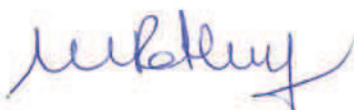
O EVEF (Estudo de Viabilidade Económico-Financeira) foi analisado pela ERSAR, e o respetivo Contrato de Gestão Delegada aprovado pelo Município de Loulé e em vigor. Segundo o Estudo citado, o ano de 2018 será decisivo para a INFRALOBO.

A terminar a Infralobo agradece a todos os colaboradores a dedicação demonstrada e o apoio dos restantes Órgãos Sociais, nomeadamente o Fiscal Único, factores essenciais na actividade da empresa.

Um agradecimento especial aos Sócios, particularmente ao Sr. Presidente da Câmara e restantes Vereadores no apoio que têm dado à estratégia de crescimento da empresa como é demonstrativo pelos resultados alcançados, e ainda à Administração da Empresa Vale do Lobo R.T.L, S.A., pelo importante contributo dado para a atividade desenvolvida.

Vale do Lobo, 22 de Março de 2018

O Conselho de Administração,



Maria de Fátima Catarina Coelho
Presidente do Conselho de Administração



Luís Fernando Dias de Matos
Vogal do Conselho de Administração



Joana Isabel Dias Correia
Vogal do Conselho de Administração

10. Balanço

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		Unidade Monetária: Euro	
RUBRICAS	Notas	dez/17	dez/16
ACTIVO			
Activo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	5.	1 841 003	1 069 377
Propriedades de Investimento		0	0
Goodwill		0	0
Activos Intangíveis	5.	13 937	13 937
Activos Biológicos		0	0
Participações Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial		0	0
Participações Financeiras - Outros Métodos		0	0
Accionistas/Sócios		0	0
Outros Activos Financeiros		0	0
Activos por Impostos Diferidos		0	0
		1 854 940	1 083 314
Activo Corrente			
Inventários	7.	81 087	74 177
Activos Biológicos		0	0
Clientes	8.	526 811	589 465
Adiantamentos a Fornecedores		0	0
Estado e Outros Entes Públicos	9.	43 165	68 819
Accionistas/Sócios		0	0
Outras Contas a Receber	4.	502 157	512 696
Diferimentos	15.	100 429	26 686
Activos Financeiros detidos para Negociação		0	0
Outros Activos Financeiros		0	0
Activos Não Correntes detidos para Venda		0	0
Caixa e Depósitos Bancários	10.	412 440	965 845
		1 666 088	2 237 686
Total do Activo		3 521 028	3 321 000
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado	11.	240 000	240 000
Ações (quotas) Próprias		0	0
Outros Instrumentos de Capital Próprio		0	0
Prémios de Emissão		0	0
Reservas Legais	11.	48 001	48 001
Outras Reservas	11.	795 615	502 183
Resultados Transitados		0	0
Ajustamentos em Activos Financeiros		0	0
Excedentes de revalorização		0	0
Outras Variações no Capital Próprio	11.	203 214	288 003
Resultado Líquido do Exercício		35 437	166 481
Interesses Minoritários		0	0
Total do Capital Próprio		1 322 267	1 234 668
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões		0	0
Financiamentos Obtidos		0	0
Responsabilidades por Benefícios pós-emprego		0	0
Passivos por Impostos Diferidos		0	0
Outras Contas a Pagar		0	0
		0	0
Passivo Corrente			
Fornecedores	14.	1 524 979	1 577 000
Adiantamentos de Clientes		0	0
Estado e Outros Entes Públicos	9.	137 877	51 649
Accionistas/Sócios		0	0
Financiamentos Obtidos		0	0
Outras Contas a Pagar	4.	530 029	457 684
Diferimentos	15.	5 877	0
Passivos Financeiros detidos para Negociação		0	0
Outros Passivos Financeiros		0	0
Passivos não Correntes detidos para Venda		0	0
		2 198 761	2 086 332
Total do Passivo		2 198 761	2 086 332
Total do Capital Próprio e do Passivo		3 521 028	3 321 000

Tabela 17: Balanço Individual

11. Demonstração de Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício	
		dez/17	dez/16
Vendas e Serviços Prestados		4 579 494	4 411 181
Subsídios à Exploração		93 480	91 491
Ganhos/Perdas imputados de Subsidiárias, associadas e emp. Conjuntos			0
Variação nos Inventários da Produção			0
Trabalhos para a própria entidade		105 738	0
Custo das Matérias Vendidas e das Matérias Consumidas		771 509	723 632
Fornecimentos e Serviços Externos		2 119 247	2 147 471
Gastos com Pessoal		1 567 440	1 550 510
Ajustamentos de Inventários (Perdas/Reversões)			0
Imparidade de dívidas a receber (Perdas/Reversões)	15.	28 220	200 183
Provisões (Aumentos/Reduções)			0
Imparidade de Activos não depreciáveis/amortizáveis (Perdas/Reversões)			0
Aumentos/Reduções de Justo Valor			0
Outros Rendimentos e Ganhos		125 062	169 525
Outros Gastos e Perdas		19 817	10 302
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		453 981	440 466
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	5.	337 342	264 093
Imparidade de Activos depreciáveis/amortizáveis (Perdas/Reversões)		0	0
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		116 640	176 374
Juros e rendimentos similares obtidos		209	2 340
Juros e gastos similares suportados		20 212	7 746
Resultado antes de impostos		96 636	170 969
Impostos sobre o rendimento do período		61 199	14 487
Resultado Líquido do Período		35 437	156 481
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0	0
Resultado Líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores de Capital da empresa-mãe		0	0
Interesses Minoritários		0	0
Resultado por acção básico		0	0

Tabela 18: Demonstração de resultados por naturezas

12. Demonstração de Resultados por Funções

Unidade Monetária: Euro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	Notas	Exercício	
		dez/17	dez/16
Vendas e Serviços Prestados		4 579 494	4 411 181
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados		3 822 213	3 648 255
Resultado Bruto		757 281	762 926
Outros Rendimentos e Ganhos		125 062	169 525
Gastos de Distribuição		0	0
Gastos Administrativos		-745 886	-745 776
Gastos de Investigação e Desenvolvimento		0	0
Outros Gastos		-19 817	-10 302
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		116 640	176 374
Gastos de Financiamento (Líquidos)		-20 004	-5 405
Resultado antes de Impostos		96 636	170 969
Imposto sobre o Rendimento do Período		61 199	14 487
Resultado Líquido do Período		35 437	156 481
Resultado das Actividades Descontinuadas (Líquido de Imposto), incluído no Resultado Líquido do Período		0	0
Resultado Líquido do Período atribuível a: (2)			
Detentores do Capital da Empresa - Mãe		0	0
Resultado por Acção Básico		0	0

Tabela 19: Demonstração de Resultados por Funções

13. Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária: Euro	
		PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - Método Directo			
Recebimento de Clientes		5 138 093	5 265 248
Pagamento a Fornecedores		2 915 549	2 749 350
Pagamentos ao Pessoal		1 558 886	1 399 897
Caixa Gerada pelas Operações		663 659	1 116 001
Pagamentos / Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento		12 211	-57 749
Outros Recebimentos/Pagamentos		-210 165	-45 867
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		465 706	1 012 385
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		1 113 170	1 214 354
Activos Intangíveis		0	0
Investimentos Financeiros		0	0
Outros Activos		0	0
Recebimentos provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis		6 067	0
Activos Intangíveis		0	0
Investimentos Financeiros		0	0
Outros Activos		0	0
Subsídios ao Investimento		90 448	0
Juros e Rendimentos Similares		0	0
Dividendos		0	0
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		-1 016 655	-1 214 354
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		0	0
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital Próprio		0	0
Cobertura de Prejuízo		0	0
Doações		0	0
Outras Operações de Financiamento		209	1 307
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		0	0
Juros e Gastos Similares		2 665	7 746
Dividendos		0	0
Reduções de Capital e de Outros Instrumentos de Capital Próprio		0	0
Outras Operações de Financiamento		0	0
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		-2 456	-6 439
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)		-553 406	-208 408
EFITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO			0
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		965 846	1 174 254
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		412 440	965 846

Tabela 20: Demonstração de fluxos de caixa

14. Mapa de Variação dos Capitais Próprios

Unidade monetária (€)

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO 2016	1	240 000,00	0,00	0,00	0,00	26 290,00	73 262,00	0,00	0,00	0,00	137 396,00	713 550,00	713 550,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	265 581,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265 581,00	265 581,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	21 711,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 711,00	21 711,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(73 262,00)	0,00	0,00	288 002,00	(137 396,00)	77 344,00	77 344,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0,00	0,00	0,00	0,00	21 711,00	(73 262,00)	0,00	0,00	288 002,00	(137 396,00)	364 636,00	364 636,00
RESULTADO INTEGRAL	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156 481,00	156 481,00	156 481,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 085,00	521 117,00	156 481,00
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM 2016	5	240 000,00	0,00	0,00	0,00	48 001,00	0,00	0,00	0,00	288 002,00	156 481,00	1 234 667,00	1 234 667,00
6=1+2+3+5													



2x

~~1~~

D.

DESCRIÇÃO		Capital Próprio										NOTAS		Unidade monetária (€)	
1	2	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO 2017	1	240 000,00	0,00	0,00	0,00	48 001,00	502 183,00	0,00	0,00	0,00	288 002,00	156 481,00	1 234 667,00	0,00	1 234 667,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	293 432,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	293 432,00	0,00	293 432,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(84 789,00)	(156 481,00)	(241 270,00)	0,00	(241 270,00)
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	293 432,00	0,00	0,00	0,00	(84 789,00)	(156 481,00)	52 162,00	0,00	52 162,00
3		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35 437,00	35 437,00	0,00	35 437,00
4=2+3		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(121 044,00)	87 599,00	0,00	35 437,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(121 044,00)	35 437,00	0,00	1 322 266,00
6=1+2+3+5		240 000,00	0,00	0,00	0,00	48 001,00	795 615,00	0,00	0,00	0,00	203 213,00	35 437,00	1 322 266,00	0,00	1 322 266,00
POSICÃO NO FIM 2017		240 000,00	0,00	0,00	0,00	48 001,00	795 615,00	0,00	0,00	0,00	203 213,00	35 437,00	1 322 266,00	0,00	1 322 266,00



10/2

~~10/2~~

10/2

15. Anexo ao balanço e demonstração dos resultados 2017



1. INFORMAÇÃO GERAL

1.1 Atividade

A **INFRALOBO, E.M.** (adiante designada também por Empresa ou Sociedade) foi constituída em 16 de Dezembro de 1997, tendo a sua sede social em Vale do Lobo, 8135-034 Almancil.

A INFRALOBO, E.M., tem como actividade principal o abastecimento de água e o tratamento de águas residuais (saneamento) em “baixa” e a recolha de resíduos sólidos na área definida por delegação de competências pelo Município de Loulé.

A INFRALOBO, E.M. é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos.

Aquando da sua criação, a INFRALOBO, E.M tinha como área de intervenção a zona de Vale do Lobo. Em 01/01/2008, por deliberação da Câmara Municipal de Loulé, passou a Infralobo E.M. a gerir as urbanizações do Trafal, Quadradinhos, Encosta do Lobo e Oceano Clube, tendo em 2010 sofrido novo alargamento, desta feita ao aldeamento denominado Dunas Douradas. Em 2014, foi realizado do ponto de vista operacional novo alargamento para as Vilas Alvas, Quinta Jacintina e Vale do Garrão.

O objecto social da Sociedade é a recolha de resíduos não perigosos (CAE 38112).

1.2 Acionistas

O capital social realizado da Empresa é de 240.000 euros, correspondendo a 48.000 ações de valor nominal de 5 euros cada. A estrutura acionista é a seguinte:

Accionistas	Acções		
	Quantidade	Valor	%
Município de Loulé	24.480	122.400 €	51%
Vale do Lobo, RTL, S.A	23.520	117.600 €	49%
Total	48.000	240.000 €	100%

1.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração que teve lugar no dia 22 de março de 2018 em Vale do Lobo.

2. POLITICAS CONTABILÍSTICAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o SNC e pelas Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “*International Financial Reporting Interpretations Committee*” (“IFRIC”) ou pelo anterior “*Standing Interpretations Committee*” (“SIC”), adoptadas pela União Europeia, em vigor para exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a INFRALOBO, E.M. apresentou também, pela última vez, demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da INFRALOBO, E.M. foram preparadas segundo a convenção do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS/SNC requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 Novas normas e alteração de políticas

Alteração de políticas

O Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho aprovou a criação do novo sistema de normalização, designado por SNC, sendo revogado o normativo contabilístico anteriormente em vigor, o POC. A aplicação do SNC é obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010 e obriga à apresentação de informação comparativa relativa ao exercício de 2009.

Assim, a INFRALOBO, E.M. aplicou as normas IFRS/SNC para o exercício de 2010 e procedeu à re-expressão das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de Janeiro de

2009), de acordo com a versão das normas contabilísticas de relato financeiro em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010.

2.3 Classificação das infraestruturas

Contratualmente, a INFRALOBO, E.M. assentava no passado num modelo tendente à classificação da infraestrutura como gastos nos respetivos exercícios, uma vez que o domínio público não tinha sido transferido para a posse da INFRALOBO, E.M. e a empresa apenas realizava trabalhos de conservação e manutenção das redes, tendo o mesmo que ser reconhecido nas Demonstrações Financeiras do Município de Loulé.

A manutenção e conservação corrente destas infraestruturas e das já existentes, são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem. As despesas com grandes reparações, benfeitorias e novas infraestruturas começaram a ser contabilizadas como Ativo Fixo Tangível devido à existência do Contrato de Gestão Delegada a 15 anos. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em gastos nos respetivos exercícios em que ocorrem. O impacto desta alteração ronda os 830 Mil Euros de impacto nos gastos do exercício e acresce o valor dos Ativos Fixos Tangíveis em Curso no mesmo montante. O resultado do exercício, sem esta reclassificação rondaria os 700 Mil Euros negativos.

2.4 Amortizações

Os bens imobilizados são amortizados pelos valores definidos em legislação definida para o efeito.

2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis, são traduzidas nas seguintes percentagens:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	4,00%
Equipamento básico	12,50%
Equipamento de transporte	25,00%
Ferramentas e utensílios	14,28%
Equipamento administrativo	14,28%

Os terrenos não são objeto de depreciação.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Infralobo. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratados como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.6 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de



liquidação. No momento inicial, os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excepto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os gastos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da empresa quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) a empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

2.6.1 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

2.6.1.1 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de gastos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de gastos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Infralobo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.6.1.2 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.7 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela Infralobo no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo

amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade pela regra fiscal.

2.8 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Dívidas a instituições de crédito – curto prazo”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.10 Imparidade

2.10.1 Imparidade de ativos financeiros

A empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

2.10.1.1 Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a, INFRALOBO, E.M. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento de acordo com o regime fiscal; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de

Handwritten marks: a blue 'X' and a large black scribble.

clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.11 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

2.12 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Infralobo divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto.

A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

2.12.1 Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.13 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado.

Não são reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por crédito fiscal em IRC, excepto quando a Infralobo seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária se reverta no futuro previsível.

2.14 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas.

2.15 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.16 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações Financeiras.

3. Estimativas e julgamentos



As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Infralobo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.1 Provisões

A Infralobo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

4. Instrumentos financeiros por categoria

DESCRIÇÃO	Empréstimos e Contas a Receber	Passivos Financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e Passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de Balanço 31/12/2017
Activos Fixos Tangíveis	0	0	0	1 854 940	1 854 940
Inventários	0	0	0	81 087	81 087
Cientes	526 811	0	526 811	0	526 811
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	43 165	43 165
Outras Contas a Receber	502 157	0	502 157	0	502 157
Diferimentos	0	0	0	100 429	100 429
Caixa e Depósitos Bancários	412 440	0	412 440	0	412 440
Total do Activo	1 441 407	0	1 441 407	2 079 621	3 521 028
Financiamentos Obtidos	0	0	0	0	0
Outras Contas a Pagar	530 029	0	530 029	0	530 029
Fornecedores	1 524 979	0	1 524 979	0	1 524 979
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	137 877	137 877
Financiamentos Obtidos	0	0	0	0	0
Outras Contas a Pagar	0	0	0	0	0
Diferimentos	0	0	0	5 877	5 877
Total do Passivo	0	0	2 055 007	143 754	2 198 761

5. Ativos Tangíveis

5.1 Movimentos do período

Valor Bruto	31/12/2016	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31/12/2017
Terrenos	0	0	0	0	0	0
Edifícios e Outras Construções	338 781	0	0	0	0	338 781
Equipamento Básico	1 576 132	62 594	0	102 608	0	1 536 119
Equipamento de Transporte	514 351	61 475	0	18 847	0	556 979
Equipamento Administrativo	819 835	161 235	0	74	0	980 997
Outros	21 999	0	0	0	0	21 999
Imobilizado em Curso	16 789	827 865	0	0	0	844 654
Total	3 287 887	1 113 170	0	121 528	0	4 279 528
Amortizações Acumuladas	31/12/2016	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31/12/2017
Terrenos	0	0	0	0	0	0
Edifícios e Outras Construções	6 776	6 775	0	0	0	13 551
Equipamento Básico	1 285 349	79 103	0	98 406	0	1 266 046
Equipamento de Transporte	442 245	41 642	0	18 847	0	465 039
Equipamento Administrativo	452 329	198 939	0	0	0	651 268
Outros	10 251	10 433	0	0	0	28 684
Imobilizado em Curso	0	0	0	0	0	0
Total	2 204 950	336 892	0	117 253	0	2 424 589
Total Líquido	1 082 937	776 277	0	4 275	0	1 854 939

6. Impostos diferidos

Não foram detetadas situações de relevo que pudessem originar Impostos diferidos.

7. Inventários

Valor Bruto	31/12/2017	31/12/2016
Mercadorias	0	0
Matérias-Primas	81 087	85 241
Produtos Acabados	0	0
Total	81 087	85 241

8. Clientes

	31/12/2017	31/12/2016
Clientes C/C	660 040	750 914
Imparidades Dividas a Receber	133 229	161 449
Total	526 811	589 465

9. Estado e outros entes públicos

	31/12/2017	31/12/2016
Iva a receber	3 679	45 031
Outros	39 485	23 787
EOEP activos	43 165	68 818
IRC Estimado	75 689	7 701
Retenções - IRS	12 649	10 343
Outros	0	0
Iva a Pagar	21 522	0
Retenções - Segurança Social	28 016	26 816
EOEP passivos	137 877	44 860
Total	-94 712	23 958

10. Caixa e bancos

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	700	686
Depósitos à ordem	411 740	965 159
Depósitos a prazo	0	0
Total	412 440	965 845

11. Capital

	%	Capital subscrito 31/12/2017	Capital realizado 31/12/2017	Capital subscrito 31/12/2016	Capital realizado 31/12/2016
Município de Loulé	51%	122 400	122 400	122 400	122 400
Vale do Lobo, RTL, S.A.	49%	117 600	117 600	117 600	117 600
Total	100%	240 000	240 000	240 000	240 000

11.1 Movimentos do período

	31/12/2016	Afectação Resultado Líquido	Dividendos	Resultado Líquido	31/12/2017
Capital Social	240 000	0	0	0	240 000
Reservas e outros ajustamentos	550 184	293 432	0	0	843 616
Resultados transitados	0	0	0	0	0
Outras Variações no Capital Próprio	288 003	-84 789			203 214
Resultado líquido do exercício	173 957	-173 957	0	35 437	35 437
Total	1 252 144	34 686	0	35 437	1 322 267

12. Provisões

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões para riscos e encargos	0	0
Imparidades em dívidas a receber de Clientes	133 229	161 443
Outras	0	0
Total	133 229	161 443

13. Fornecedores correntes

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de empreitadas	110 431	115 319
Fornecedores de imobilizado	290 258	427 341
Município de Loulé	1 015 595	767 535
Fornecedores gerais	108 694	266 805
Total	1 524 979	1 577 000

14. Diferimentos



	31/12/2017	31/12/2016
Juros a receber	0	0
Contrato programa - Município de Loulé	0	0
Outros	100 429	26 686
Diferimentos activos	100 429	26 686
Outros acréscimos	5 877	0
Tarifas de saneamento - Proveitos diferidos	0	0
Encargos com férias	0	0
Diferimentos passivos	5 877	0
Total	94 552	26 686

15. Imposto sobre o rendimento

	31/12/2017	31/12/2016
Estimativa de imposto a pagar	61 199	7 701
Total	61 199	7 701

15.1 Prejuízos fiscais

Não existem prejuízos fiscais dedutíveis decorrentes de exercícios anteriores.

16. Compromissos

Encontra-se contratualizada uma Conta Caucionada no valor de 300.000€ com o MILLENNIUM/BCP e uma conta de CONFIRMING no MONTEPIO, que se encontram totalmente amortizadas e não utilizadas a 31/12/2017.

17. Garantias prestadas

Não existem garantias bancárias a garantir obrigações contratuais.

18. Informações exigidas por diplomas legais

Artº.397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Infralobo não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artº.324 do do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Infralobo não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de Setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2017, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento se efetuará em Janeiro do ano seguinte.

19. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a aprovação das presentes demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração,



Fátima Catarina
Presidente



Luís de Matos
Vogal



Joana Correia
Vogal

Contabilista Certificado,



Carlos Alberto Sousa Manso



16. Relatório e parecer do Fiscal único e Certificação Legal de Contas



21

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Srs. Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração de **INFRALOBO – Empresa de Infra-estruturas de Vale do Lobo, E.M.**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1. RELATÓRIO

No decurso do exercício, acompanhamos a actividade da empresa através do contacto regular com a administração, do exame dos documentos e registos e das informações e esclarecimentos prontamente prestados pelos seus diferentes órgãos e serviços.

O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais e estatutários, reflectindo fiel e claramente a evolução dos negócios, os problemas e perspectivas da Sociedade. Igualmente o Balanço, a Demonstração de Resultados Líquidos, a demonstração das alterações no capital próprio, os fluxos de caixa e o respectivo Anexo estão organizados conforme as disposições legais.

Os critérios valorimétricos adoptados constam do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados e conduzem a uma correcta avaliação do património da empresa e dos resultados do exercício.

Referimos como parte integrante deste parecer a Certificação Legal das Contas, emitida nesta data, com a reserva nela constante.

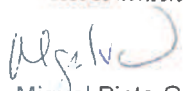
2. PARECER

Assim e como resultado das informações recebidas e das verificações efectuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e os restantes elementos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2017, bem como a proposta da aplicação de resultados.

Faro, 02 de abril de 2018

O Fiscal Único
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda^a
Representada por:

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas


(João Miguel Pinto Galvão, ROC nº 587)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **INFRALOBO – Empresa de Infra-estruturas de Vale do Lobo, E.M.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.521.028 euros e um total de capital próprio de 1.322.267 euros, incluindo um resultado líquido de 35.437 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **INFRALOBO – Empresa de Infra-estruturas de Vale do Lobo, E.M.**, em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

Por contrato de gestão delegada celebrado com o Município de Loulé, as obras publicas de investimento desenvolvidas pela empresa para o Município são reconhecidas em ativos tangíveis a partir deste exercício. No entanto durante o exercício foram desenvolvidas obras que foram reconhecidas em gastos, subvalorizando o ativo fixo tangível e o resultado do exercício em 586 mil euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do conselho de administração

O conselho de administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da empresa de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo conselho de administração;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a empresa descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as



ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Isabel Paiva
Miguel Galvão
Anabela Peres
José Luís Nunes
Tavares

transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a empresa, não identificamos incorreções materiais.

Faro, 02 de abril de 2018

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Representada por:

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

João Miguel Pinto Galvão
Roc nº 587